

O estatuto da argumentação no gênero artigo de opinião

Giovane Silveira da Silva

Universidade Federal de Lavras (UFLA). Trabalho desenvolvido sob a orientação da Profa. Dra. Helena Maria Ferreira.

e-mail: giovanimontana@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa apresenta uma análise argumentativa, que visa a sua relação com o gênero midiático artigo de opinião e tem por objetivo tornar público os resultados dessa análise que investiga e descreve tais estratégias linguísticas. Para a elaboração da pesquisa, a fim de atingir tal objetivo proposto, foi desenvolvida uma pesquisa teórica em autores de ampla aceitação nacional, como Marcuschi (2008), Antunes (2006), Bazerman (2009), Meurer e Motta-Roth (2002), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2002) e Koch (2006). A metodologia de base qualitativa revelou-nos que os gêneros textuais são os diversos textos que encontramos na sociedade como produto de toda ação social. O gênero específico artigo de opinião é um gênero discursivo de caráter argumentativo que tem por objetivo expressar a opinião do autor em meio a um assunto relevante de ordem social. Após a devida pesquisa, foi feita uma análise argumentativa em dois artigos de opinião, com o propósito de identificar as estratégias discursivo-argumentativas utilizadas por autores para defender suas posições acerca de seu pensamento. Foram observadas várias técnicas que dizem respeito à Linguística textual, entre as quais podem ser explicitadas: as perguntas retóricas, os recursos intertextuais e os recursos de autoridade.

Palavras-chave: gêneros textuais; argumentatividade; artigo de opinião.

Abstract: This study unfolds an argumentative analysis, which intends not only to investigate its relationship with media genres such as opinion articles but also to give prominence to the results of this analysis that describes these linguistic strategies. To achieve this goal we developed a theoretical framework on renowned authors such as Marcuschi (2008), Antunes (2006), Bazerman (2009), Meurer e Motta-Roth (2002), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2002) and Koch (2006). The qualitative methodology showed us that genres are many texts that we find in society as the product of all social action. The specific genre, opinion article, is a discursive genre of argumentative character which aims at expressing the opinion of the author in the middle of a relevant subject of social order. After the comprehensive research, the argumentative analysis was applied in two opinion articles for the purpose of identifying the discursive-argumentative strategies used by readers to pose their positions about their own thoughts. We observed several techniques that relate to textual linguistics, among which we can present such as rhetorical questions, intertextual resources and resources authority.

Keywords: text genres; argumentative texts; opinion articles.

1. Considerações iniciais

Entre a diversidade de textos que circulam no meio social, merecem destaque os gêneros textuais que buscam evidenciar a intenção do autor e persuadir em vontade e ação o interlocutor. Nesse sentido, o artigo de opinião se constitui um gênero que explora a argumentação para que seja dinamizado o convencimento do leitor. Esse gênero, pertencente ao domínio jornalístico, adota princípios de composição em que o articulista não deseja apenas comunicar alguma coisa ou mostrar seu ponto de vista, mas sim convencer o outro. A partir dessas considerações, o presente estudo busca destacar os mecanismos linguístico-textuais presentes em artigos de opinião. Metodologicamente, o estudo em pauta fundamenta-se nas teorias de Bazerman (2009); Meurer e Motta-Roth (2002); Koch (2006); Marcuschi (2008); Abreu (2009); Antunes (2009); Perelman (2005); Abaurre; Abaurre (2007) entre outros, que se inserem no campo dos gêneros e da argumentação. Para ilustrar as discussões empreendidas, foi realizada uma análise de dois artigos de opinião retirados da revista *Veja*. Espera-se que este estudo possa contribuir para uma discussão acerca da argumentação e, notadamente, de uma posição crítica em relação às questões cotidianas.

2. Fundamentação teórica

2.1. Gêneros textuais

Todas as atividades humanas se relacionam, de certo modo, com a linguagem e se concretizam em um suporte oral ou escrito. Cada realização remete a um gênero textual, que se consubstancia em uma linguagem concretizada e padronizada por meio de situações sócio-interativas. É impossível conceber os gêneros sem levar em consideração o aspecto social e as atividades humanas nele relacionadas. Em relação a isso, Bazerman defende que “os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais” (2009, p.31).

Tais gêneros possuem características próprias e particulares, que são usadas em cada contexto da sociedade, estabelecendo uma relação sócio-comunicativa. Tais características fazem com que sejam reconhecidos a espécie e o assunto de cada texto. Koch (2002) ressalta que os gêneros são altamente heterogêneos, podendo compreender um simples diálogo até uma complexa tese acadêmica e assevera também que esses gêneros estão inclusos em aspectos primários e secundários. Os primários são o diálogo, a carta, as situações de comunicação pessoalmente e os secundários são as artes e os textos científicos.

Meurer e Motta-Roth concordam com a autora supracitada, considerando que

os gêneros textuais dividem-se em ‘primários’ (simples) e ‘secundários’ (complexos). Os ‘primários’ são constituídos dos tipos de diálogo oral, como a linguagem das reuniões sociais, a linguagem familiar e cotidiana. Os ‘secundários’ aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa, principalmente escrita, como romance, teatro e texto científico. (2002, p. 201).

Essas considerações impõem uma reflexão acerca da inserção social dos gêneros. Bronckart discorre a esse respeito, afirmando que “conhecer um gênero de texto também é conhecer suas condições de uso, sua pertinência, sua eficácia ou, de forma mais geral, sua adequação em relação às características desse contexto social” (2003, p. 48). Diante de tal colocação, é importante salientar que compreender a dinâmica dos gêneros do domínio midiático contribui para ampliar a visão limitada que faz parte do cotidiano de várias pessoas, que sabem identificar tais gêneros, mas que apresentam dificuldades para compreendê-los em sua essência.

Um aspecto muito importante é a diferença entre gênero e tipo textual. Tipo textual é parte integrante do gênero, é a maneira como se estabelece a relação entre texto e leitor. Isso significa que o tipo textual pode ser caracterizado por uma estrutura linguístico-teórica que identificará o texto em situações correspondentes. Nessa direção, Marcuschi enfatiza que

tipo textual designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição. O tipo caracteriza-se muito mais como seqüências linguísticas do que como textos materializados; a rigor são modos textuais (2008, p. 154).

Os modos ou tipos textuais são a narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Esses modos são limitados, mas bem amplos em sentido de organização das ideias e não tendem a crescer.

Marcuschi explicita sua posição, em relação à diferença apresentada:

[...] os gêneros não são opostos a tipos e que ambos não formam uma dicotomia e sim são complementares e integrados. Não subsistem isolados nem alheios um ao outro, são formas constitutivas do texto em andamento. [...] Não devemos imaginar que a distinção entre gênero e tipo textual forme uma visão dicotômica, pois eles são dois aspectos constitutivos do funcionamento da língua em situações comunicativas da vida diária (2008, p. 156).

Os gêneros, ao longo do tempo, vão sofrendo pequenas alterações, quanto ao suporte, por exemplo, e se adaptando paralelamente à tecnologia do mundo atual. Daí surgem vários outros gêneros, que nada mais é que uma adaptação dos já existentes. Para elucidar o exposto, pode-se fazer referência ao posicionamento de Bronckart (2003), que considera que a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas. Os gêneros são dinâmicos, constituídos de formas complexas e variáveis e por ser um produto sociocultural é impossível quantificá-los, pois esses podem sofrer evolução com o tempo, dificultando ainda mais a classificação minuciosa de todos eles. Atualmente, a maior tendência teórica é explicar a estrutura dos gêneros e como eles circulam midiaticamente. Dessa forma, podem-se considerar exemplos de gêneros textuais: cartas, men-

sagens, notícias, leis, instruções de uso, editoriais, artigos de opinião, crônicas, comédias, bulas, avisos, contratos, decretos, convites, entrevistas, dentre outros.

2.2. Argumentação

No processo de interação, não são privilegiadas apenas informações, mas também a interação entre interlocutores, em que é dada primazia ao ato de argumentar, que, por sua vez, se insere no domínio da persuasão. A argumentação busca influenciar fortemente o interlocutor, defendendo um ponto de vista sobre determinado assunto com a finalidade proposta de não apenas transmitir ideias, mas também de levar o interlocutor a uma determinada ação. As técnicas para gerar tal efeito argumentativo são variadas. Elas vêm sendo estudadas desde a retórica clássica até os estudos mais recentes sobre o tema. (cf. CITELLI, 2002).

Segundo Koch, “a linguagem passa a ser encarada como uma forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.” (2006. p. 15). Nesse sentido, o texto é uma unidade de significado produzida sempre com determinada intenção. Assim como a frase não é apenas uma sucessão de palavras, um texto não é apenas uma sucessão de frases, mas sim uma estrutura organizada, dotada de intenções e ideologias, capazes de estabelecer conexões com os interlocutores, influenciando sobre eles. As formas argumentativas objetivam provocar ou aumentar a adesão do interlocutor às teses apresentadas ao seu consentimento, ou ainda, distanciar o interlocutor, quando a argumentação não atinge seu mínimo objetivo.

Há na sociedade uma infinidade de recursos argumentativos, que norteiam a vida social e vale advertir que tais recursos oferecidos linguisticamente é uma forma de ação que constitui o ato linguístico fundamental. Como acrescenta Koch “(...) o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia na acepção mais ampla do termo” (2006, p. 17). Os textos argumentativos possuem uma característica que objetiva convencer o leitor a respeito da posição do autor. Se ocorrer a explicação e a persuasão em um único texto, assume-se a posição de um texto dissertativo-argumentativo.

Em geral, quem faz uso da palavra não quer apenas transmitir conhecimento, mas sim impor seus pontos de vista, que vêm carregados de ideologias. Para tal, usam-se estratégias discursivas que são usadas para o convencimento do leitor, além da pertinência dos argumentos apresentados. Nesse contexto, a tese deve deixar clara a posição do autor para que, com essa primeira condição, o leitor possa avaliar se as provas são suficientemente válidas. O léxico também exerce seu papel fundamental na arte da argumentação, ora uma linguagem simples e comum, ora a arte retórica, mediando de acordo com o auditório, que é o público que desejamos convencer. Citelli (2002, p. 69) afirma que

a busca dos efeitos argumentativos pode envolver uma conduta quanto à escolha das palavras, locuções e formas verbais. Optar por um termo em detrimento de outro é ges-

to menos arbitrário do que imaginamos e costuma significar o cruzamento dos planos estilísticos e ideológicos na direção dos discursos persuasivos.

A argumentação evidencia o diálogo no processo de produção, em um processo de contra-argumentação na qual o autor se infere no lugar do leitor e prevê suas ideias, apresentando aspectos relevantes e justificando pensamentos antecipados pelo destinatário. Esse apreço pela adesão ao ponto de vista é explicado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 18): “Com efeito, para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental.” Cabe ainda mencionar que as estratégias linguístico-argumentativas se revestem por modalizadores que revelam a opinião identificável do autor. Geralmente, são expressões que indicam certeza ou probabilidade. Os operadores argumentativos também exercem um papel fundamental na argumentação, pois eles têm a finalidade de encadear os enunciados e orientar a formação discursiva. Nesse sentido, Citelli (2002) acrescenta o argumento de autoridade que utiliza da técnica de citar pessoas ou grupos, como prova concernente ao objetivo proposto. Koch (2006, p. 146) apoiando-se em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), cita que “o mais característico dos argumentos de prestígio é o argumento de autoridade, que utiliza os atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese”.

Há também como elemento persuasivo as figuras de linguagem, tais como metáforas, metonímias e onomatopeias, que são muito utilizadas para efeito linguístico. As expressões de valor fixo representam grande enfoque no discurso, pois são termos ou expressões que possuem certa aceitação geral, caindo no domínio daquilo que o público tende a aceitar sem grandes questionamentos. A ironia também é comum, pois algumas pessoas constroem os argumentos através de recursos irônicos, dando ênfase na piada, gerando um efeito absurdo. Por essa via de humor, pode-se desvalorizar uma ideia presente em outro discurso. As citações são um recurso que visa um pedido de socorro ou até mesmo certo apoio, que precisa ser validado ou garantido por alguém do ramo da pesquisa. É uma forma de suavizar o ponto de vista em questão e tornar mais respeitável o acesso à informação. No tocante à questão posto/presuposto, deve-se entender pelo posto algo que é claramente explícito no texto e o presuposto, por sua vez, não é expresso nitidamente no texto, funcionando como referência para que seja formulado no posto. O termo polifonia também é bastante usado no discurso argumentativo. Esse termo, segundo Koch (2006), pode ser definido como a incorporação do locutor e se efetiva em discursos alheios.

As operações argumentativas devem ser rigorosamente trabalhadas e não é apenas qualquer falar que caracterizará a conclusão efetiva final. Deve-se preparar o terreno antes de qualquer invasão, sendo que uma das primeiras estratégias é ampliar a sensibilidade em relação aos valores originalmente mantidos pelo outro. Para que flua corretamente o efeito, devem-se conhecer os princípios morais e éticos mantidos pelo interlocutor. Discorrendo sobre esse assunto, Abreu afirma que “aquele que quer persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que constitui seu auditório” (2002, p. 79). Desse modo, argumentar não é

impor a vontade, mas sim ir desmistificando os obstáculos que impedem o interlocutor de ver segundo a visão do falante.

2.3. *Artigo de opinião*

O artigo de opinião é um gênero jornalístico, veiculado principalmente em revistas e jornais e, como todo texto opinativo, utiliza-se da argumentação para avaliar e opinar em relação a uma questão proposta anteriormente, servindo de suporte para expressar o ponto de vista concernente ao articulista. Nesse gênero, a tipologia textual básica é a dissertativa, pois o autor constrói uma opinião e cada parágrafo subsequente contém um argumento que dá suporte à conclusão geral. O artigo de opinião não objetiva apenas expor e apresentar certo ponto de vista, e devido à sua circulação em contexto jornalístico, deve conter e obedecer alguns elementos básicos de estruturação, que correspondem às normas técnicas da editora que o publicará. É comum abordar assuntos e temas polêmicos, de ordem social, econômica ou política e Abaurre e Abaurre corroboram essa posição afirmando que

como jornais e revistas destinam a maior parte de seu espaço para textos informativos, é importante que haja alguns textos em que as notícias mais relevantes possam ser analisadas. É essa a principal função do artigo de opinião (2007, p. 256).

As posições defendidas e apresentadas no artigo de opinião são de inteira e total responsabilidade do autor, e por tal motivo o mesmo deve ter cuidado com a veracidade das informações apresentadas, além de atribuir sua assinatura ao final. Os textos informativos, de domínio jornalístico, fornecem conteúdo para futuras reflexões e essas são representadas discursivamente em artigos. De acordo com Antunes, “quem escreve, na verdade, escreve para alguém, ou seja, está em interação com outra pessoa. Essa pessoa é a medida, é o parâmetro das decisões que devemos tomar acerca do que dizer, do quanto dizer e de como fazê-lo” (2006, p. 46). Cada autor estabelece certa relação ou interação com a sociedade por intermédio da linguagem e necessariamente pela argumentatividade, que vêm carregados de ideologias. Nesse sentido, Koch (2006, p. 17) salienta que “a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”.

Para convencer é preciso que se apresentem bons argumentos, sustentados por verdades e opiniões, com cuidado com a linguagem, pois nenhum discurso é totalmente neutro e carrega consigo ideologias, que são facilmente reconhecidas pelas marcas linguísticas, presentes ao longo do texto. Essas marcas linguísticas resultam da escolha das palavras apresentadas ao longo do texto, produzindo efeitos de sentidos. Por isso são elementos cruciais na exposição da construção argumentativa. A escolha por níveis lexicais depende do público a quem se destina o texto.

Em consonância com a postura de Koch, Marcuschi (2008, p. 256) considera que,

concebendo a compreensão como processo, fica evidente que ela não é uma atividade de cálculo com regras precisas ou exatas. Contudo, se compreender não é uma atividade

de de precisão, isto também não quer dizer que seja uma atividade imprecisa e de pura adivinhação. Ela é uma atividade de seleção, reordenação e reconstrução, em que certa margem de criatividade é permitida. De resto, a compreensão é uma atividade dialógica que se dá na relação com o outro.

Ao se escrever um texto, além da organização das ideias, deve-se ter o cuidado de analisar o perfil dos leitores e utilizar o discurso de maneira que tal estilo produza um efeito principal do veículo, uma vez que os leitores considerarão como a melhor parte publicada. Por isso, a escolha do léxico desempenha um importante papel, na construção desse texto, pois, ao introduzir argumentos, deve-se estar coerentemente relacionados à ideia geral do texto. O articulista geralmente cita textos de pessoas que pensam de forma oposta, e o leitor deve estar atento a essas referências, pois as leituras individuais podem gerar amplas condições de analisar a posição do autor, levando a um posicionamento favorável ou desfavorável à questão apresentada.

De acordo com Abaurre e Abaurre (2007), didaticamente, ao produzir um artigo de opinião, é necessário observar a estruturação do texto. Não existe uma estrutura fixa aos textos, geralmente um artigo assim se determina:

- **Título:** Prevê o assunto abordado do articulista e, para perfeito entendimento, o leitor deve conhecer o assunto relevante anterior.
- **Olho:** Estabelece a direção do assunto, que será abordada pelo autor posteriormente. Quem escreve o olho geralmente não é o autor do artigo, mas sim o editor de onde o texto será publicado.
- **1º parágrafo:** É a contextualização do assunto a ser abordado. Narra em linhas gerais o devido assunto relevante. Pode terminar com uma pergunta retórica que abrirá portas para nova análise e desencadeará uma série de argumentos.
- **2º parágrafo:** Começa a análise do autor, marcado pela presença de juízos de valor, que vão rodear todo o assunto da posição autoral.
- **3º e 4º parágrafos:** As respostas conduzem gradativamente os raciocínios, coincidindo com a posição do leitor. Tais argumentos sustentam a análise e são logo explicados pelo autor.
- **5º e 6º parágrafos:** Geralmente apresentam explicações de atitudes e enumeram outros aspectos relevantes ou conflituosos.
- **7º e 8º parágrafos:** São os parágrafos finais e geralmente concluem a posição do articulista, a respeito do dito no olho do artigo. O leitor compreende, diante do exposto, por que o autor enumerou tantas razões e outras vozes nos parágrafos anteriores e assimila a ideia principal do texto, e conclui ainda de forma coerente com o todo apresentado.

Essa estrutura do artigo de opinião não é fixa como já dito, mas o caracteriza e sofrerá pequenas variações dependendo da inferência do articulista. Em linhas gerais e superficialmente o artigo apresenta um problema, discussão e avaliação. O parágrafo inicial apresenta a contextualização do tema, a qual localizará o leitor no âmbito do assunto que será discutido. Os demais parágrafos apresentam o desenvolvimento do

texto e as estratégias analítico-argumentativas a fim de construir uma relação argumentação-sentido e sustentar a tese. O parágrafo final acarretará o fechamento e a conclusão do autor. Pode apresentar uma breve retomada ao assunto principal e sua posição definida claramente no texto. O público-leitor desses artigos geralmente são pessoas que gostam de se manterem atualizadas, relacionadas constantemente com aspectos midiáticos e interessadas em perceber os acontecimentos atuais. É questão amplamente aceitável por variados públicos, por se tratar de desajustes sociais aplicados às formas de vivência em uma sociedade.

3. Análise metodológica, resultados e discussões

Abordando uma perspectiva qualitativa, tomaram-se por base dois artigos de opinião na revista *Veja on line*. Neles, identificaram-se as estratégias usadas pelos autores a fim de atingirem o objetivo proposto. Foram consideradas, também, as contribuições de tais artigos no desenvolvimento da prática argumentativa em que se realizaram tais atividades discursivas e domínios dispostos na língua. Assim, a partir dos teóricos apresentados, foram analisadas as estruturas nas quais foram desempenhadas a atividade discursiva. Vale salientar que os artigos adquiriram formas relativamente estáveis de construção, conferindo uma passagem linear e uma produção relativa de autenticidade, além do esforço para transparecer uma visão subjetiva.

1º artigo de opinião: Artigo publicado na coluna de Ricardo Setti, publicado em 31/01/2013. Diz respeito às vítimas da tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria-RS. Escrito pelo médico intensivista de Porto Alegre, Milton Pires.

Tragédia de Santa Maria: as grandes mentiras oficiais sobre o tratamento dos sobreviventes.

1º parágrafo: Em 1967, a Guerra do Vietnã envolvia um contingente cada vez maior de soldados americanos. A necessidade de atendimento aos feridos graves, entre eles as vítimas de queimadura e intoxicação, demandavam recursos materiais e humanos cada vez mais complexos. Os Estados Unidos construíram, na cidade litorânea de Da Nang, um hospital militar com o objetivo de atender suas tropas. Nesta época não existia propriamente a especialidade hoje conhecida como Terapia Intensiva. [...]

2º parágrafo: Fiz esta breve introdução para dizer que é isto que pode acontecer com os sobreviventes do incêndio de Santa Maria. Mais; gostaria que ficasse muito claro a todos que este tipo de “coisa” não pode ser atendido (numa situação que envolve um número de pacientes tão grandes) com segurança em nenhuma capital brasileira. Isto ocorre porque simplesmente não há unidades de terapia intensiva (UTIs) em número suficiente nem respiradores artificiais para atender tanta gente.

3º parágrafo: Em meio a tanto desespero não há um só político ou autoridade da saúde com honestidade suficiente para dizer aquilo que escrevi acima. Há pelo menos quatro décadas assistimos gerações e mais gerações de secretários e ministros da Saúde insistindo na idéia de medicina comunitária e prevenção. Pois bem, pergunto agora: o que nós, médicos intensivistas, devemos fazer com as pessoas que sobreviveram ao incêndio de Santa Maria? Encaminhá-las para postos de saúde?

4° parágrafo: Não se constrói um hospital público em Porto Alegre desde 1970! Pelo contrário; vários foram à falência e fecharam! Que o Brasil inteiro saiba que é MENTIRA a afirmação das autoridades de que Porto Alegre tem leitos de UTI suficientes para atender toda essa gente! A Secretaria estadual da Saúde pode, se necessário, comprar leitos na rede privada, mas mesmo assim é muita sorte haver algum disponível.

5° parágrafo: Com relação aos responsáveis por esta tragédia, deixo aqui a minha opinião – foi o poder público corrupto, negligente e incompetente, quem MATOU todos estes jovens! É esse tipo de gente que quer entupir o Brasil com médicos de Cuba e do Paraguai, que manda médicos para o Haiti e que insiste em saúde “comunitária”, que agora aparece na televisão chorando e abraçando os pais das pessoas que morreram.

6° parágrafo: Termine aqui; como em toda situação de guerra, a primeira vítima de Santa Maria, assim como em Da Nang, foi à verdade – jamais esqueçam isto!

O presente artigo apresenta, em seu primeiro parágrafo, uma menção a um fato ocorrido na Guerra do Vietnã e a postura do país de origem dos feridos. Destaque-se o posto em relação à atitude do país claramente identificado e a nítida presença de outro texto. A partir disso, narra o assunto que desencadeará a argumentação do autor. O segundo parágrafo começa com uma análise do autor, marcado pela presença da sua tese, que embasará os argumentos dos parágrafos seguintes. O autor expõe um crítico fato social e logo após acrescenta sua opinião em relação ao exposto. Pode-se perceber o grande grau de dificuldade em que se encontra a situação do país, e, no entanto, o autor deixa pressuposto que é uma situação difícil, mas não impossível, pois um fato semelhante foi apresentado no parágrafo anterior e teve uma cabível solução. No terceiro parágrafo, a exposição conduz os raciocínios, evocando a posição do leitor. Cabe ainda mencionar que o parágrafo termina com uma pergunta retórica que abrirá portas para seu raciocínio e uma série de pensamentos reflexivos do leitor e desencadeará uma série de argumentos posteriores que servirão de apoio ao articulista. No quarto parágrafo, tais argumentos tornam-se informações que o público ouviu de outra forma, ou seja, o autor refuta uma ideia que o público tinha anteriormente a respeito do assunto. Percebe-se claramente o uso de modalizadores que expressam certeza e voz identificável e remetente ao autor. Utiliza argumentos de autoridade quando cita a cidade de Porto Alegre, o Brasil, a Secretaria de Saúde, a UTI e o uso de caixa alta expressando a adversidade do problema, enquanto a mídia ou os governos tentam transparecer outra realidade. O quinto parágrafo apresenta explicações indignadas das atitudes e os responsáveis por tal desastre, em relação indireta e enumera outro aspecto conflituoso de um governo que aparece comovido na mídia, escondendo a incompetência e a culpa em gestos solidários, apenas lamentando. É bom ressaltar o uso da ironia na construção do seu argumento, dando ênfase no efeito absurdo. Por meio do humor, o articulista desvaloriza a posição do governo perante a uma crítica da situação, em que aparece por vezes se redimindo e se mostrando ativamente no processo de ajuda, quando se deveria mesmo era fazer uma posição semelhante a dos Estados Unidos. Critica o poder governamental para a realização de tal semelhança e a postura tímida em relação a um fato inadmissível. No final do artigo - 6° parágrafo, o autor conclui sua posição a respeito da sua tese e assim é possível compreender porque o autor fez tantas enume-

rações para chegar a tal posição e a crítica fica exposta em uma reflexão final que indica continuidade. O uso de fatores da intertextualidade ocorre de forma amplamente eficiente em todo o texto, garantindo a credibilidade do autor.

2º artigo de opinião: Um artigo de Lya Luft, publicado na Revista *Veja*, no dia 29/04/2012, tratando do caos educacional nos dias atuais.

Educação Reprovada

Há quem diga que sou otimista demais. Há quem diga que sou pessimista. [...] Uma das grandes preocupações de qualquer ser pensante por aqui é a educação. Fala-se muito, grita-se muito, escreve-se, haja teorias e reclamações. Ação? Muito pouca, que eu perceba. Os males foram-se acumulando de tal jeito que é difícil reorganizar o caos.

Há coisa de trinta anos, eu ainda professora universitária, recebíamos as primeiras levas de alunos saídos de escolas enfraquecidas pelas providências negativas: tiraram um ano de estudo da meninada, tiraram latim, tiraram francês, foram tirando a seriedade, o trabalho: era a moda do “aprender brincando”. Nada de esforço, punição nem pensar, portanto recompensas perderam o sentido. Contaram-me recentemente que em muitas escolas não se deve mais falar em “reprovação, reprovado”, pois isso pode traumatizar o aluno, marcá-lo desfavoravelmente. Então, por que estudar, por que lutar, por que tentar?

De todos os modos facilitamos a vida dos estudantes, deixando-os cada vez mais despreparados para a vida e o mercado de trabalho. Empresas reclamam da dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, médicos e advogados quase não sabem escrever, alunos de universidades têm problemas para articular o pensamento, para argumentar, para escrever o que pensam. São de certa forma, analfabetos. Aliás, o analfabetismo devasta este país. Não é alfabetizado quem sabe assinar o nome, mas quem o sabe assinar embaixo de um texto que leu e entendeu. Portanto, a porcentagem de alfabetizados é incrivelmente baixa.

Agora sai na imprensa um relatório alarmante. Metade das crianças brasileiras na terceira série do elementar não sabe ler nem escrever. Não entende para o que serve a pontuação num texto. Não sabe ler horas e minutos num relógio, não sabe que centímetro é uma medida de comprimento. Quase a metade dos mais adiantados escreve mal, lê mal, quase 60% têm dificuldades graves com números. Grande contingente de jovens chega às universidades sem saber redigir um texto simples, pois não sabem pensar, muito menos expressar-se por escrito. Parafraseando um especialista, estamos produzindo estudantes analfabetos.

Naturalmente, a boa ou razoável escolarização é muito maior em escolas particulares: professores menos mal pagos, instalações melhores, algum livro na biblioteca, crianças mais bem alimentadas e saudáveis – pois o estado não cumpre o seu papel de garantir a todo cidadão (especialmente a criança) a necessária condição de saúde, moradia e alimentação.

Faxinar a miséria, louvável desejo da nossa presidenta, é essencial para nossa dignidade. Faxinar a ignorância – que é outra forma de miséria – exigiria que nos orçamentos da União e dos estados a educação, como a saúde, tivesse uma posição privilegiada. Não há dinheiro, dizem. Mas políticos aumentam seus salários de maneira vergonhosa, a coisa pública gasta nem se sabe direito onde, enquanto preparamos gerações de ignorantes, criados sem limites, nada lhes é exigido, devem aprender brincando. Não lhes impuseram a mais elementar disciplina, como se não soubéssemos que escola, família, a vida, sobretudo, se constroem em parte de erro e acerto, e esforço. Mas, se não podemos reprovar os alunos, se não temos mesas e cadeiras confortáveis e teto sólido sobre nossa cabeça nas salas de aula, como exigir aplicação, esforço, disciplina e limites, para o natural crescimento de cada um?

Cansei de falas grandiloqüentes sobre educação, enquanto não se faz quase nada. Falar já gastou, já cansou, já desiludiu, já perdeu a graça. Precisamos de atos e fatos, orçamentos em que educação e saúde (para poder ir a escola, prestar atenção, estudar, render e crescer) tenham um peso considerável: fora isso, não haverá solução. A educação brasileira continuará, como agora, escandalosamente reprovada.

Tomando por referência uma grande articulista, Lya Luft, pode-se assegurar de início o título que prevê o assunto que será abordado por ela e esse assunto já é de domínio público. O parágrafo inicial demonstra o problema social no sentido educacional e a preocupação da autora frente a esse problema. Ela contextualiza um problema amplo, que se estende à população, em geral. Narra o assunto de forma sucinta e utiliza certo léxico que torna o texto agradável e de fácil entendimento. No segundo parágrafo, a autora começa a argumentar utilizando sua própria vivência, marcado pela presença da expressão de valor fixo “aprender brincando”, gerando um tom literal para a situação que se torna caótica e realmente perde-se a seriedade. As perguntas retóricas se fazem presentes para enfatizar sua opinião desfavorável à qualidade do ensino. O terceiro parágrafo serve para apresentar argumentos coesos e coerentes que sustentam a posição da autora. A autora apela para a citação, distribuindo a reação da má educação aos órgãos que necessitam de mão de obra especializada, como empresas, faculdades, ou até mesmo o difícil contexto que se encontra um profissional que mal sabe escrever ou articular um pensamento. Essa citação visa a um pedido de apoio, que é validado por uma área ou órgão que possa identificar facilmente tais colocações. É uma forma de a autora suavizar o ponto de vista em questão e tornar mais respeitável o acesso à informação. No quinto parágrafo, Luft apresenta justificativas de sua posição e simultaneamente apresenta outro ponto conflituoso que é a socialização do péssimo aprendizado e do caos educacional que se encontra o país. A articulista utiliza de dados percentuais e até faz uma paráfrase a um especialista, que é o chamado argumento de autoridade. A autora se utiliza de tal técnica para citar um especialista no ramo para provar a sua exposição. Koch (2006, p.146) cita Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002): “o mais característico dos argumentos de prestígio é o argumento de autoridade, que utiliza os atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese”. A partir do sexto e sétimo parágrafos, pode-se concluir que a autora vai encadeando os fatos a produtos econômicos e critica o estado em não cumprir seu papel fundamental que a garantia ao cidadão o bem estar social, com o mínimo direito garantido de sobrevivência. As argumentações se tornam válidas em estratégias que dizem respeito a uma realidade brasileira e transfere a culpa aos órgãos que não se movem a mudar o caos e preocupam-se apenas com o aumento do salário parlamentar, não oferecendo condições para um ensino público de qualidade. Os operadores argumentativos se fazem presentes no encadeamento coesivo do texto e credencia a autora a operar de modo persuasivo, orientando o discurso. Ao último parágrafo, Luft conclui sua posição utilizando um léxico bastante utilizado para ganhar maior número de leitores e o leitor compreende, diante do exposto, por que a autora utilizou tantas razões em parágrafos anteriores e apresenta fatos ou ações que devem ser trabalhados e não apenas uma simples forma de apontar o problema, como todos

fazem. Devem-se partir pra ação, caso contrário se reprovará a educação, novamente. Ao longo do texto, foi trabalhada uma relação envolta a tese apresentada, que se mostrou eficaz em fatores intertextuais e recursos linguísticos presentes no nível fundamental do aspecto argumentativo e recursos retóricos ou estilísticos, dando ênfase a uma explicação mais eficiente dos termos.

4. Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as estratégias linguístico-discursivas que constituem o artigo de opinião. Essa proposta de trabalho reforça a importância das técnicas argumentativas no processo de modificação no pensamento do outro. Conhecer os aspectos argumentativos nos permite um envolvimento participativo em contextos sociais. Porém, conhecer tais estratégias e todos seus elementos composicionais e marcas linguísticas requer certo esforço e dedicação nos estudos postulados em grandes nomes da linguística textual e da argumentação.

Pode-se afirmar que gêneros textuais são toda produção textual que se resulta de uma ação social, encontrados diariamente na sociedade. Eles apresentam características próprias, de fácil identificação. Para elucidar o exposto, pode-se referenciar Bakhtin, que postula que todas as atividades humanas se relacionam ao uso da língua que se efetivam de forma “concreta e única, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana” (1979, p. 279). Alguns gêneros possuem caráter argumentativo, sendo fator essencial aos efeitos de sentido propostos pelo autor. Em conformidade com a questão, Koch considera que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se fundamentalmente, pela argumentatividade.” E cada concepção argumentativa carrega consigo elementos ideológicos que definem a concepção de mundo do autor. O artigo de opinião se caracteriza pela interação do leitor com o mundo, expondo ponto de vista favorável ou contrário em meio a uma situação de cunho relevante na sociedade. Os artigos selecionados pelos editores do domínio midiático se assemelham muito com a carta do leitor, pois ambos os gêneros diminuem a distância ente o veículo e a opinião. Para Bazerman (2009), esse gênero foi criado para mediar a distância entre dois indivíduos e está ligado às relações sociais.

Dessa forma, o trabalho contribuiu para o entendimento de vários aspectos do discurso, destacando-se o uso da retórica, elementos intertextuais, recursos de autoridade modalizadores, escolha lexical, além da polifonia e da boa organização dos operadores argumentativos pelos autores, com a finalidade de persuadir acerca do seu ponto de vista. Esses recursos se mostraram eficazes em ambos os artigos e o estudo nos ajudou a melhorar nossa capacidade de participar das relações de domínio social e estabelecer uma capacidade crítica em identificarmos aspectos próprios de gêneros argumentativos.

Referências

- ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. *Produção de texto: interlocução e gêneros*. São Paulo: Moderna, 2007.
- ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- ANTUNES, I. *Lutar com Palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Org. A. Paiva Dionísio e J. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Maria Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo, Ática, 2002.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUFT, Lia. Educação Reprovada. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augustonunes/feira-livre/educacao-reprovada-um-artigo-de-lya-luft/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 1992.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HERBERLE, Viviane M. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan, in: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- PERELMAN, Chäim e TYTECA, L. O. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SETTI, Ricardo. *Tragédia de Santa Maria: as grandes mentiras oficiais sobre o tratamento dos sobreviventes*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica/tragedia-de-santa-maria-as-grandes-mentiras-oficiais-sobre-o-tratamento-dos-sobreviventes/>. Acesso em: 20 mar. 2013.